



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

EVALDO MENDONÇA DE LIMA

**PERÍMETRO IRRIGADO DE SUMÉ: INÍCIO, AUGE E DECLÍNIO NA
VISÃO DE UM FILHO DE COLONO**

SUMÉ/PB

2016

EVALDO MENDONÇA DE LIMA

**PERÍMETRO IRRIGADO DE SUMÉ: INÍCIO, AUGE E DECLÍNIO NA
VISÃO DE UM FILHO DE COLONO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé - CDSA, sob a orientação do Prof. Dr. PAULO CÉSAR O. DINIZ.

Orientador: Professor Dr. Paulo César O. Diniz

SUMÉ/PB

2016

L732p Lima, Evaldo Mendonça de.
Perímetro irrigado de Sumé: início, auge e declínio na visão de um filho de colono. / Evaldo Mendonça de Lima. - Sumé - PB: [s.n], 2016.

58 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César O. Diniz.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Fontes de água para irrigação. 2. Perímetro irrigado - Sumé. 3. Irrigação agrícola. 4. Políticas Públicas. I. Título.

CDU: 626.81 (043.1)

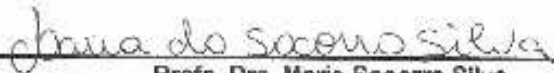
IVALDO MENDONÇA DE LIMA

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé - CDSA, sob a orientação do Prof. Dr. PAULO CÉSAR O. DINIZ.

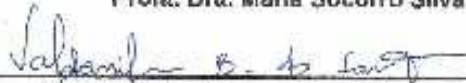
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Paulo César O. Diniz
Prof. Orientador



Profa. Dra. Maria Socorro Silva



Prof. Dr. Vandonilson Barbosa dos Santos

DATA DE APROVAÇÃO 20/10/2016

Dedico este trabalho, em primeiro lugar a Deus pois se ele eu não teria forças para essa longa jornada.

Em segundo lugar, dedico a minha família, meus amigos, colegas de turma, e aos professores que sempre me ajudaram e deram força para conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

Ao meu pai Ramiro Mendonça de Lima que sempre me incentivou ao longo da minha jornada estudantil.

A todos os meus professores que durante o curso dividiram comigo suas sábias experiências de profissionalismo, contribuindo muito, para o enriquecimento do meus trabalhos.

Ao meu orientador, Professor, Paulo César de Oliveira Diniz, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos integrantes da banca examinadora, que se dispuseram do seu precioso tempo, no intuito que fosse possível compartilhar este momento tão importante em minha vida.

A todos o meu muito obrigado!

RESUMO

O Perímetro Irrigado de Sumé (PIS) foi um projeto de irrigação criado nos anos de 1970 e administrado pelo DNOCS, tornando o município de Sumé um dos maiores produtores de tomate do Brasil, nos anos de 1980 e impulsionando o desenvolvimento econômico do município. Entretanto, atualmente, a produção no perímetro irrigado é mínima ou quase nenhuma, o que faz nascer, principalmente naquelas pessoas que viveram essa trajetória do PIS, a inevitável pergunta sobre o que deu errado e quais fatores contribuíram para o declínio do PIS? O presente trabalho teve como objetivo entender estes fatores do declínio, a partir de um breve relato histórico e social, a partir da visão de um filho de um dos primeiros colonos do PIS. Foca os períodos de implantação, auge da produção e declínio do mesmo. Partindo da história de vida e da análise de fotos da época do Perímetro, pertencentes ao acervo particular do entrevistado, recontar os passos das famílias colonas e do perímetro. Os resultados vislumbrados, no trabalho, apontam para o abandono dos colônos, por parte do Governo Federal, ficando à mercê da própria sorte. Além disso, a cooperativa que poderia ser um elemento de autonomia, serviu como instrumento de controle das famílias irrigantes.

Palavras - Chave: Perímetro Irrigado. Cooperativismo. Controle social.

ABSTRACT

The Irrigated Perimeter of Sumé (PIS) was an irrigation project created in 1970 and administered by DNOCS, making the city of Sumé one of the largest tomato producers in Brazil, in 1980 and boosting the economic development of the municipality. However, currently, the production in the irrigated perimeter is minimal or no, which gives birth, especially those people who lived this history of PIS, the inevitable question of what went wrong and what factors contributed to the decline of PIS? This study aimed to understand these factors decline, from a brief historical and social reporting, from the perspective of a child of one of the first settlers of the PIS. Foca deployment periods, peak production and decline of it. Starting from the life story and photo analysis of the time of the perimeter, belonging to the private collection of the interview, recounting the steps of colonas families and the perimeter. The results envisioned, at work, point to the abandonment of the settlers, by the federal government, at the mercy of fate. In addition, the cooperative could be an element of autonomy, it served as a control instrument for irrigators families.

Key - words: Irrigation District. Cooperativism. Social control.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Localização de Sumé	14
Ilustração 2- Mapa da distribuição dos lotes	18

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Máquinas e trabalhadores na construção do açude de Sumé.....	16
Foto 2: Açude Público Federal de Sumé.	16
Foto 3: Abertura da Comporta do Açude para o canal principal do PIS.	21
Fotos 4 e 5: Canal Principal que percorre todo o perímetro.	22
Fotos 6 e 7: Canal secundário com comporta.....	23
Fotos 8 e 9: Canais secundários com saída de mangueiras para os sulcos	23
Fotos 10 e 11: Sulcos com água vinda das mangueiras colocadas nos ramais.	24
Fotos 12 e 13: Tratores utilizados na preparação do terreno	25
Foto 14: Corte da terra com grade de arrasto	25
Foto 15: colonos preparando a terra molhada para o plantio do tomate.....	26
Foto 16: Canteiro com as mudas de tomate.....	27
Fotos 17 e 18: Mudas de tomate, sendo plantadas nos sulcos.	27
Fotos 19 e 20: Limpeza de plantação de tomate.....	28
Fotos 21 e 22: Irrigante utilizando máquina de pulverizar de nome “capeta”.....	29
Fotos 23 e 24: Pulverização do plantio com bomba costal.....	29
Fotos 25 e 26: O plantio de tomate na fase de floração antes da colheita	30
Foto 27: O Engenheiro José Fernandes dando orientação para os Colonos.	30
Fotos 28, 29 e 30: Colheita da tomate feita manualmente e colocada em caixas da empresa compradora.....	31
Fotos 31 e 32: homens carregando os caminhões com a tomate para a fábrica peixe.....	32
Fotos 33: Tomate para o comercio local.	32
Fotos 34 e 35: A banana chegando no DNOCS para pesagem.....	33
Fotos 36 e 37: Vista panorâmica do perímetro.	34
Foto 38: logomarca da Cooperativa.....	35
Foto 39: Lote experimental do perímetro.	36
Fotos 40 e 41: Setor da tesouraria da CAMIS	37
Foto 42: Fila para receber dinheiro na CAMIS	38
Foto 43: Reunião CAMIS no DNOCS.	38
Foto 44: Agência do Bradesco, primeira agência bancária de Sumé.....	39
Fotos 45 e 46: Supermercados da CAMIS no centro de Sumé.....	40
Fotos 47 e 48: estrutura do Supermercado da CAMIS	40
Fotos 49 e 50: Engenheiro José Fernandes no escritório do DNOCS e no campo dando orientação aos colonos.	44

Fotos 51 e 52: Sala de aula da escola em Nove Casas e os alunos segurando a bandeira da CAMIS	45
Fotos 53 e 54: Alunos desfilando em comemoração ao dia da independência do Brasil.	46
Foto 55: Portão de entrada do DNOCS	47
Foto 56: Galpão da garagem do DNOCS	48
Foto 57: Sede do escritório do DNOCS	49
Foto 58: Galpão utilizado na pesagem da produção	49
Foto 59: Sede atual da CAMIS que fica no DNOCS.....	50
Fotos 60 e 61: canais secundários, aterrados e deteriorados.....	51
Fotos 62 e 63: Trechos dos canais secundários quebrados.....	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	133
2 O PERÍMETRO IRRIGADO DE SUMÉ	155
2.1 HISTÓRICO DO AÇUDE DE SUMÉ DENTRO DAS POLÍTICAS DE COMBATE ÀS SECAS	155
2.2 O SURGIMENTO DO PERÍMETRO	199
2.3 MODIFICAÇÕES SOCIAIS COM O PIS.....	211
3 O FUNCIONAMENTO DO PERÍMETRO DE IRRIGADO DE SUMÉ	222
3.1 O SISTEMA DE IRRIGAÇÃO	222
3.2 O PREPARO DO SOLO.....	255
3.3 COMBATE ÀS PRAGAS	299
3.4 A FASE DE COLHEITA.....	322
4 COOPERATIVA MISTA DOS IRRIGANTES DE SUMÉ - CAMIS	366
4.1 A PRESENÇA DA CAMIS NA ECONOMIA DE SUMÉ	40
4.2 SAÍDA DO DNOCS DO GERENCIAMENTO DA CAMIS.....	433
4.3 A EDUCAÇÃO OFERECIDA AOS FILHOS DOS COLONOS.....	466
5 CONCLUSÃO	488
REFERENCIAS	544
APÊNDICE A	555
ANEXO 1	599

1 INTRODUÇÃO

Quem conheceu o Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), ao final do anos 1970, em que de lá saíam aproximadamente 50 caminhões carregados de tomate por dia, na época da colheita, fazendo da cidade de Sumé uma das maiores produtoras de tomate do Brasil e vê o atual estado dos lotes do perímetro irrigado em que a produção é mínima ou quase nenhuma, é inevitável perguntar-se sobre o que deu errado? Que fatores contribuíram para o declínio do PIS?

Foram estas questões que me inquietaram ao longo de muitos anos como alguém que viveu essa trajetória do PIS. O meu pai tinha uma pequena fábrica de doces e comprava banana no DNOCS, o qual era bastante movimentado com vários caminhões sendo carregados de tomates e bananas. Às vezes íamos buscar as bananas diretamente nos lotes do perímetro, me recordo dos canais cheios de água, onde eu e meus amigos tomávamos banho, era uma festa.

Como já foi dito, essa diferença entre o passado e o presente do perímetro irrigado sempre me inquietou, e essas questões foram ficando evidentes na medida em que avançava no curso de Licenciatura em Educação do Campo, o qual trouxe ao cariri ocidental um modelo de educação voltada para a sustentabilidade e valorização do campo.

Nas aulas do curso, foram apresentados vários projetos de escolas no campo e modelos que dão certo, o que inevitavelmente me fez recordar do perímetro de Sumé; daí tomei a decisão de encarar essa missão de conhecer o que realmente levou a paralisação desse círculo produtivo do perímetro irrigado de Sumé.

O presente trabalho busca responder estas perguntas, em parte, a partir de um breve relato histórico e social, a partir da história de vida de um filho de beneficiário primário (ou seja, segunda geração dos beneficiários) do Perímetro Irrigado de Sumé, focando nos períodos de implantação do PIS, auge e declínio do mesmo, além do uso de fotos da época do Perímetro, pertencentes ao acervo particular, compartilhado entre um filho de um funcionário do DNOCS e o filho do beneficiário do lote (nosso “entrevistado” para compor a trajetória do PIS).

Nosso entrevistado chegou ainda criança ao PIS, com seus pais e irmãos no lote. Seu pai havia recebido um lote do DNOCS, logo na primeira fase do projeto, como mostrado adiante. Assim, podes-se dizer que ele vivenciou todas as fases pelas quais passou o perímetro, desde a sua implantação, o auge da produção e o seu declínio.

A entrevista constou de dois momentos distintos: no primeiro momento o entrevistado respondeu algumas perguntas previamente elaboradas, que abordavam vários aspectos do Perímetro Irrigado, bem como da Cooperativa que foi criada pelos colonos e pelo DNOCS para administrar a produção e comercialização do perímetro irrigado; no segundo momento foi solicitado que o entrevistado falasse sobre as fotos do seu acervo, que constam no presente trabalho.

O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos, além dessa introdução. No primeiro capítulo, a seguir, é descrito a construção do açude público de Sumé, o qual durante muitos anos serviu como fonte de água para a irrigação do perímetro, bem como as motivações políticas e sociais que levaram o governo federal da época a construir açudes públicos para armazenar água no Nordeste. No segundo, apresentamos através de fotografias e da história de vida como era o feito sistema de irrigação do perímetro, o preparo da terra, o plantio, a colheita e a comercialização da produção do perímetro. No terceiro capítulo, descreveremos como se organizou a cooperativa criada pelo colonos e administrada pelo DNOCS, bem como todos os benefícios que a cooperativa trouxe para os irrigantes. No quarto capítulo, por fim, é feita a conclusão do trabalho, apresentando os aspectos positivos que o perímetro trouxe para os colonos durante o período em que o DNOCS estava mais atuante na cooperativa, bem como alguns elementos sobre os motivos que levaram ao declínio do projeto de irrigação do município de Sumé.

2 O PERÍMETRO IRRIGADO DE SUMÉ

2.1 HISTÓRICO DO AÇUDE DE SUMÉ DENTRO DAS POLÍTICAS DE COMBATE ÀS SECAS

O município de Sumé está localizado nas terras que até 1762 faziam parte de uma fazenda de criação de gado, pertencente ao Sargento-mor Manuel Tavares de Lira, genro do Capitão-mor Domingos de Faria Castro, fundador de Cabaceiras. Em 1903, Manoel Augusto de Araújo deu início ao povoado, na época São Tomé (posteriormente recebeu o nome de Sumé que na língua tupi significa “personagem misterioso que pratica o bem e ensina a cultivar a terra”). A região era povoada pelos índios sucurus, do povo cariri. Sumé foi emancipada politicamente como cidade em primeiro de abril de 1951 (WIKIPÉDIA, 2016).

Ilustração 1: Localização de Sumé



Fonte: Google Maps

O açude de Sumé está inserido na política federal de combate as secas. Destaque-se nesse sentido o governo Getúlio Vargas que, em 1932, enfrentou uma grande seca de 1932 no Nordeste, tendo ao seu lado o paraibano José Américo de Almeida, como Ministro de Viação e Obras, conhecedor da realidade do Nordeste. A atuação da inspetoria federal (IFOCS) que até então era centrada na construção de pequenos açudes na foz de rios e nas medidas emergenciais nos momentos críticos, passou a estabelecer a construção de grandes açudes e canais de irrigação, a partir de 1931.

Ou seja, de 1930 até o final da década de 1950 as políticas de combate a seca se limitavam à construção de açudes e a criação de frente de trabalho nos momentos de secas. Segundo Mendonça (2010), as referidas frentes de trabalho:

tinha um caráter imediatista de resolver a pressão popular sobre os agentes governamentais e obter a adesão do povo em momentos eleitorais, sem resolver de forma efetiva a vulnerabilidade da população em relação às secas. (MENDONÇA, 2010, p. 30)

Esse período da política voltada para a açudagem pública empreendida pelo governo federal (inicialmente, pelo IFOCS e depois pelo DNOCS, na década de 1940) é caracterizado por um forte incentivo à acumulação d'água tanto com verbas oriundas de fontes públicas como de “parcerias” entre o governo e os proprietários, resultando na construção de 559 açudes de 1912 a 1963, num volume acumulado de 1 bilhão e 180 milhões de metros cúbicos de água. Este resultado foi conseguido através da concessão de prêmio de 50% aos interessados. (DNOCS, 1965, p. 54).

O sistema hídrico do Rio Paraíba, no qual se localiza o Vale do Rio Sucuru, que por sua vez abriga o açude de Sumé, foi projetado para contar com fluxo de águas pluviais que abastecem o sistema. Ao longo da segunda metade do século passado este Vale foi alvo das políticas de açudagem que não pararam com a construção do açude de Sumé. (MENDONÇA, 2010, p.86).

Segundo o entrevistado o Prefeito da época da construção do açude foi o Sr. José Farias Braga que esteve afrente do Municipio por duas vezes, e vendo que Sumé crescia e a necessidade hidrica aumentava a cada ano e sabendo da politica do Governo Ferderal de criação de açudes no Nordeste, *“mandou que fizessem os estudos e para escolha do local, onde seria o mais adequado para a construção do açude e foi escolhido as terras que hoje está o açude que pertenciam a Sr. Rodolfo Santa cruz na fazenda Riachão, esse processo não foi facil e houve resistencia do fazendeiro mas ele conseguiu e no ano de 1957 começaram a construção do açude terminando em 1962”*.

A capacidade de armazenamento do açude de Sumé é 44.864.100 m³. Esse reservatório foi estudado, projetado e construído visando ao seu aproveitamento para fins múltiplos de irrigação, abastecimento d'água, agricultura de áreas de vazantes e piscicultura, além de parcial controle de cheias.

Foto 1: Máquinas e trabalhadores na construção do açude de Sumé.



Fonte: Naldinho de Ciba

Tudo foi planejado para que se construísse um açude, e logo em seguida o perímetro com toda estrutura do governo federal que seguia uma nova política de combate a seca nas regiões afetadas pelas secas prolongadas.

Foto 2: Açude Público Federal de Sumé.



Fonte: Naldinho de Ciba

Na época da construção do açude, a rodovia federal que corta a cidade (a BR-412) ainda era apenas carroçável, ou seja, sem pavimentação. Os demais meios de comunicação restringiam-se a um telefone, na agência dos Correios, que mantinha ligação unicamente com a cidade de Monteiro e um serviço de Rádio pertencente ao DNOCS, após sua instalação no município.

Além disso, o município não contava com nenhum médico, apesar de possuir um hospital-maternidade equipado, embora inoperante por falta de pessoal. Os casos de necessidade de atendimentos médico eram encaminhados para Monteiro ou Campina Grande, dependendo da gravidade da situação. Ainda em relação ao serviço de saúde, a cidade contava com uma farmácia e um dentista que, por sua vez, era residente no município.

Dona Ritinha Leite, autora do livro *Sumé que eu trago na memória*, fala sobre a vida local, na primeira metade do século passado.

Temos que começar falando um pouco de São Tomé (primeiro nome da Cidade), um distrito de Monteiro, no Interior da Paraíba, onde a maior parte da população pobre dependia da agricultura para garantir a própria sobrevivência. Vale lembrar que na época não tinha os “sem terras” – pobre era pobre mesmo e sabia a sua condição era viver na terra do rico que, se por sua vez, dava casa para morar com a família, facilitava os meios necessários; o pobre em muitos casos era considerado meeiro, isto quer dizer, de tudo que conseguia lucrar tinha direito a metade; até podia criar uma vaca ou cabra, afinal a vida era tranquila, especialmente no período do algodão, quando cada trabalhador, ao vender a sua colheita, recebia uma bom dinheiro para as despesas do final do ano (RAFAEL, 2003, p. 13)

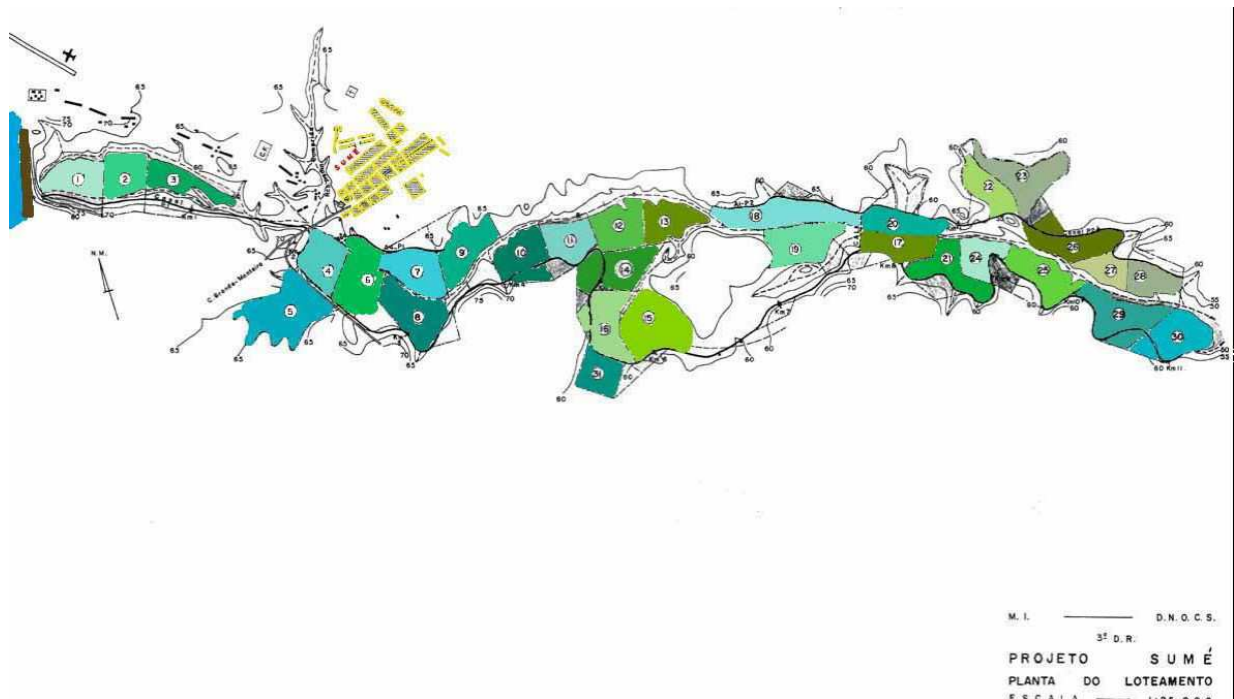
De acordo com o diagnóstico feito pelo DNOCS, justificando a implantação do Perímetro Irrigado, a agricultura na área da bacia do Sucuru era praticada de forma extensiva, com técnicas pouco desenvolvidas e de baixa produtividade, sem o mínimo de racionalização da produção. Não havia preocupação ou conhecimento para utilização de sementes selecionadas e planejamento da vida economicamente útil das culturas. (DNOCS,1968, p. 29).

Era uma produção consorciada que, na maioria das vezes, encontravam-se milho e feijão, palma e algodão ou algodão e feijão, etc., sendo destinada tanto ao consumo local como para exportação por parte do município. Algumas culturas como a palma, por exemplo, eram destinadas totalmente ao consumo por parte dos criadores locais, usada para alimentação dos animais. Outras como milho e feijão eram destinadas para o consumo local e para abastecer mercados vizinhos.

2.2 O SURGIMENTO DO PERÍMETRO

O Perímetro Irrigado de Sumé (PIS) está localizado na bacia hidrográfica dos Rios Paraíba/Sucuru, tendo como fonte hídrica o açude público de Sumé, o qual tem capacidade de armazenamento de 44.800.000m³ de água. O PIS iniciou suas atividades em 1973, possuindo uma área total de 709.00ha e apenas 273,65ha de área produtiva. O PIS foi inicialmente dividido em 55 lotes, mas apenas 47 foram utilizados para plantio, tendo em vista que 8 lotes apresentaram solo com alta concentração de salinidade, e foram, portanto, inapropriados para o projeto de irrigação que seria efetuado pelo DNOCS.

Ilustração 2- Mapa da distribuição dos lotes



Fonte: DNOCS

Na imagem acima vemos o mapa do perímetro irrigado de Sumé com as divisões dos lotes. Segundo nosso entrevistado, a divisão/ocupação foi feita em duas etapas e aos poucos os lotes foram sendo entregues aos colonos. Na primeira etapa foram entregues 18 lotes: esses lotes tinham as casas nos próprios lotes, distante uma das outras. Os outros 33 lotes restantes, as casas foram construídas juntas no sistema de agrovilas (destacando-se a agrovila de Nove Casas) e até hoje estão sendo ocupadas pelos colonos.

No início das atividades nos perímetros foram lotados, sob a jurisdição do DNOCS, equipes multidisciplinares (engenheiros agrônomos, veterinários, assistentes sociais, técnicos

agrícolas, pessoal de apoio), além do apoio logístico (veículos, máquinas, combustível e material de expediente).

As equipes multidisciplinares atuavam na prestação de assistência técnica diretamente aos irrigantes, na capacitação de técnicos e irrigantes para absorção e emprego de tecnologias para agricultura irrigada. Incentivaram a organização dos colonos em cooperativas, as quais eram administradas integralmente pelos próprios técnicos do DNOCS. Todas estas medidas visavam promover o desenvolvimento local, através da agricultura familiar irrigada, tendo em vista que os beneficiários sempre eram homens casados e, preferencialmente, com filhos, que serviriam de mão-de-obra.

De acordo com as informações constantes no projeto inicial do Projeto Irrigado de Sumé, os objetivos eram vários: a) elevar o nível de vida dos agricultores da bacia; b) aproveitar racionalmente os seus recursos hidro-agrícolas, objetivando a ampliação de sua capacidade de produção; c) incrementar a produtividade dos recursos públicos já alocados na área; d) aumentar a oferta de produtos agrícolas tanto de consumo geral como daqueles específicos da população de níveis de renda mais elevados e que eficientemente comercializados, conduzirão em longo prazo a um menor preço de venda para o consumidor final; e e) utilizar a presente experiência, depois para a reestruturação e valorização agrícola de novas áreas, visando ao desenvolvimento e à integração da mesma nos processos de desenvolvimento no Nordeste como um todo. (DNOCS, 1966, p. 36)

Nota-se, portanto, que os objetivos traçados pelo DNOCS para o PIS de Sumé se adequam ao que foi percebido por Gomes (2002), quando disse que:

a política de irrigação no Nordeste passa a ser incentivada, enquanto elemento de consolidação de um Projeto de Política Pública mais ampla, qual seja a criação de um moderno parque industrial e, conseqüentemente de um emergente mercado consumidor, sobretudo nas regiões marcadas pelo atraso econômico e social, a exemplo do Norte e Nordeste (GOMES, 2002, p. 3-4).

Ainda segundo Gomes (2002), o Estado com sua política de “incentivo” ao agricultor tradicional para transformá-lo em empresário rural passou a controlar “o que e quanto produzir”, em suas palavras:

Destaca-se que a partir dos anos sessenta, além de intervir diretamente sobre o setor, o Estado sutilmente, passa a determinar ‘o que e quanto produzir’, através da nova orientação dos instrumentos oficiais para o ensino agrônômico, a extensão rural e assistência técnica. Mas, prioritariamente, com intuito de integrar à indústria a agricultura, que era o pilar do modelo de

desenvolvimento econômico do país, via transformação do agricultor tradicional em empresário rural, haja vista, que a agricultura empresarial é potencialmente, demandante de máquinas e instrumentos industriais. (GOMES, 2002, p.3).

De fato, a implantação do Projeto do Perímetro Irrigado de Sumé trouxe mudanças significativas no modo de produção agrícola do município, a qual passou a ter o foco na produção para o abastecimento da indústria.

2.3 MODIFICAÇÕES SOCIAIS COM O PIS

A intervenção gerada pelo PIS em Sumé trouxe uma modificação significativa na vida da cidade. Aos poucos uma nova forma de vida ia se esboçando e novas necessidades iam surgindo para atender os imperativos de modernização como antídoto para as mazelas que o modo de vida tradicional apresentavam para seus habitantes.

Uma das novidades foi a chegada da rede elétrica, substituindo o antigo sistema elétrico que era gerado por motores a óleo diesel, que limitavam seu tempo de uso; apareceu também o telefone, que ajudou a vencer o isolamento; bem como instituições financeiras para auxiliar na negociação da produção. Todas estas aquisições se deram para a combinação dos elementos necessários à modernização e transformação do modo de vida tradicional que guiava as ações dos trabalhadores rurais locais.

Na fala do engenheiro encarregado pelo DNOCS de implantar o perímetro na cidade de Sumé vemos que ele encontrou uma cidade sem estrutura para tal finalidade de todas as ordens como: energia movida a motor e com limite de uso; sem instituição financeira e telefone para comunicação com outras localidades; e sem falar em estradas para escoar a produção que se planejava produzir.

3 O FUNCIONAMENTO DO PERÍMETRO DE IRRIGADO DE SUMÉ

3.1 O SISTEMA DE IRRIGAÇÃO

O PIS funcionava por meio de distribuição de água através um grande canal, conforme visto abaixo, e chegavam aos lotes por meio de canais secundários.

Foto 3: Abertura da Comporta do Açude para o canal principal do PIS.



Fonte: Naldinho de Ciba

A foto 3 mostra a saída de água na comporta do açude. Essa água percorria toda a extensão do perímetro e, segundo nosso entrevistado, essa comporta ficava aberta 24 horas por dia e abastecia os canais secundários, até desaguar no rio Sucuru, ao final do perímetro, utilizando uma grande quantidade de água.

Fotos 4 e 5: Canal Principal que percorre todo o perímetro.



Fonte: Naldinho de Ciba

É interessante notar que esse modelo de irrigação elaborado pelo DNOCS, o qual não tem preocupação com a economia da água contradiz a própria política de combate à seca criada para armazenar água pela criação de açudes.

Já os secundários faziam a distribuição de água do canal principal. Nas fotos 5 e 6 vemos as comportas que ficavam no canal principal e eram abertas para o canal secundário. Essas comportas tinham um controle direto do DNOCS, por meio de um funcionário. Este era responsável por abrir as comportas e, muitas vezes, colocava um cadeado quando abria, porque se assim não fosse, os colonos próximos fechavam a comporta, prejudicando os lotes finais do perímetro que ficavam sem água. O DNOCS controlava essa ação, mostrando que não havia entre os colonos o espírito de coletividade entre eles. Era preciso o DNOCS impor regras de convivência entre os colonos e ficar policiando o perímetro.

Fotos: 6 e 7: Canal secundário com comporta



Fonte: Naldinho de Ciba

As fotos abaixo apontam para os ramais de irrigação que chegavam aos lotes, abastecidos pelos canais secundários. De modo geral, esses ramais percorriam todo o lote do colono, permitindo uma grande disponibilidade de água para irrigação.

Fotos 8 e 9: Canais secundários com saída de mangueiras para os sulcos



Fonte: Naldinho de Ciba

Segundo nosso entrevistado, os colonos usavam mangueiras para levar água dos ramais para os sulcos, conforme vistos nas fotos 8 e 9. Era uma prática comum a todos os irrigantes e era muito trabalhoso, tendo em vista que era feita por gravidade e a água corria

lenta, além das mangueiras ficarem exposta ao sol, criando um "lodo"¹ na água que entupia as mangueiras. Assim, era necessário limpá-las várias vezes ao dia para que a água pudesse percorrer com mais intensidade e irrigar toda a área.

Fotos 10 e 11: Sulcos com água vinda das mangueiras colocadas nos ramais.



Fonte: Naldinho de Ciba

Nas fotos 10 e 11 vemos o momento em que o colono põe as mangueiras na posição de captar água do ramal e escoar para dentro das valas/sulcos das plantações. Como vemos, os sulcos eram uniformes e seguiam o nivelamento do terreno, secundo nosso entrevistado. Ao final do sulco, a água era "drenada" para dentro do Rio Sucuru e assim mantinha o lençol freático do rio sempre no nível alto, permitindo novas estratégias de irrigação por agricultores não colonos, conforme disse nosso entrevistado.

O sistema de irrigação utilizado no perímetro de Sumé compreende a totalidade (100%) da área feita por irrigação de superfície, com base na gravidade. Uma forma simples de irrigar que apresenta um alto consume de água e um grande acúmulo de sais no solo. É um método de irrigação que consome mais água quando comparado com os outros sistemas, em razão da menor eficiência de aplicação e distribuição de água, decorrente de grandes perdas durante a aplicação.

3.2 O PREPARO DO SOLO

¹ *Lodo é um termo vulgar para designar o sedimento próprio das terras inundadas, como o fundo dos mares, rios, lagos ou pântanos. É uma mistura de substâncias que geralmente se caracteriza por apresentar minerais, colóides e partículas provenientes de matéria orgânica decomposta em suspensão nomeio aquoso. Muitas vezes o lodo serve de suporte ao desenvolvimento de seres vivos, que se beneficiam da eventual existência de nutrientes no meio lodoso (Wikipedia, 2016).*

A parte inicial de preparação do solo para o plantio foi feita exclusivamente pelo Dnocs, tendo em vista que o terreno do perímetro não era plano. De modo que era necessário usar máquinas para o nivelamento do terreno. Após o nivelamento, a terra era cortada por tratores (fotos 12 e 13) com arados, os quais deixavam a terra toda revirada e, por ultimo, passava a grade de arrasto (foto 13) para uniformizar o terreno. Esse processo sempre se repetia, tendo em vista que logo após a colheita era preciso nivelar o solo novamente para receber outra plantação.

Fotos 12 e 13: Tratores utilizados na preparação do terreno



Fonte: Naldinho de Ciba

Foto 14: Corte da terra com grade de arrasto



Fonte: Naldinho de Ciba

Todo esse processo de preparação do solo era gerenciado pelo DNOCS. Assim os colonos recebiam as terras todas cortadas e planeadas para fazerem o plantio. Entretanto, o

DNOCS contabilizava esses custos e posteriormente, com o lucro da produção, eram descontados dos irrigantes, com exceção dos primeiros preparos do perímetro que não foram cobrados dos colonos. O DNOCS tinha tratores próprios para fazer essa preparação das terras, mas com tempo os colonos conseguiram adquirir tratores para fazerem esses serviços, por meio da cooperativa (conforme será visto abaixo).

Esse corte e preparo das terras para plantio tinha uma agenda elaborada pelo DNOCS, mas como havia muitos lotes, às vezes dava muita confusão entre os irrigantes porque alguns não queriam ter suas terras preparadas por último, informou nosso entrevistado. Apesar dos possíveis conflitos, todos os irrigantes tinham suas terras preparadas para o plantio, geralmente no mês de junho para o plantio do tomate porque não era época de chuva e tomate que se plantava era a tomate "rasteira", e essa não pode levar chuva.

Vemos abaixo (foto 15) importância que tinha o colono na produção do tomate. Mesmo com toda estrutura de preparo da terra por mecanização, não deixou de fora o trabalho braçal do homem. Vemos que era um trabalho árduo sem proteção como botas luvas e, segundo nosso entrevistado: *“os trabalhadores ainda tinham de enfrentar a temperatura do solo e as formigas que não davam tréguas aos pés dos colonos.”*

Foto 15: colonos preparando a terra molhada para o plantio do tomate.



Fonte: Naldinho de Ciba

Na foto 15 temos os canteiros "berçários" com as mudas de tomates. Os canteiros eram preparados (com terra, estrume e adubo) para receberem as sementes de tomates, que por cerca de vinte dias ficavam aí. Quando as mudas atingiam o tamanho adequado eram transportadas para os sulcos que já estavam prontos para recebê-las (fotos 16). Segundo nosso

entrevistado: “*todo esse processo era feito manualmente e muitas mudas não vingavam e era necessário fazer as replantas. O tamanho da muda era de 12 centímetros e esse momento já era preciso combater as pragas que já atacavam a plantação*”.

Foto 16: Canteiro com as mudas de tomate



Fonte: Naldinho de Ciba

Fotos 17 e 18: Mudanças de tomate, sendo plantadas nos sulcos.



Fonte: Naldinho de Ciba

Fotos 19 e 20: Limpeza de plantação de tomate



Fonte: Naldinho de Ciba

Segundo nosso entrevistado, a foto 19, acima, expressa o momento de limpeza da plantação. Esse trabalho era necessário porque, com a quantidade de água que passava nos meios dos sulcos, assim como o desenvolvimento da tomate, também crescia outras ervas que tinha que ser arrancadas constantemente até o momento final da produção, isto é, a colheita. Toda tarefa de limpeza da plantação era feita manualmente e com enxadas e os trabalhadores não recebiam equipamentos de proteção individual (EPI) para essas tarefas como podemos observar nas fotos (especialmente, foto 20). Todos trabalhavam com os pés no chão expostos a espinhos e insetos. Apesar desse trabalho, esse momento da produção absorvia muita mão de obra, vindo inclusive de outros lugares da região do Cariri. Era uma época da produção em que se contratava muitas pessoas para a limpeza da plantação, e muitos já ficavam para a colheita da produção.

3.3 COMBATE ÀS PRAGAS

O Momento de combate às pragas era algo que segundo nosso entrevistado, “*dava muito trabalho porque era tudo feito manualmente e essa máquina que vemos (foto 20, abaixo) era tão pesada de bombear que tinha o nome de CAPETA; era um Capeta porque tinha que usar muita força para bombeia e sempre emperrava e dava trabalho pra consertar*”. Além disso, segundo nosso entrevistado, *o Capeta era uma máquina que para ser usada eram necessárias três pessoas: uma ficava bombeando e os outros dois conduziam a mangueira no meio da produção. Também era necessário ter um cuidado para a mangueira não enrolar. E quando chegava ao fim da carreira já pulverizada se enrolava a mangueira de novo e mudavam de carreira*”.

Fotos 21 e 22: Irrigante utilizando máquina de pulverizar de nome “capeta”



Fonte: Naldinho de Ciba

Ainda segundo o entrevistado, os irrigantes lidavam com o veneno sem nenhum equipamento de proteção (EPI): *“não tinha nem uma preocupação com o uso de agrotóxico e nem proteção para aplicar esse agrotóxico”*.

Fotos 23 e 24: Pulverização do plantio com bomba costal.



Fonte: Naldinho de Ciba

Segundo nosso entrevistado, depois houve uma mudança nos equipamentos de Pulverização . No lugar do “capeta”, os trabalhadores passaram a utilizar bombas costais de pulverizar: *“com a chegada da bomba de pulverizar levada nas costas, esse esforço do capeta*

acabou e ficou mas prático. Mas mesmo assim vemos que não havia nem um cuidado de proteção porque você continuava a te contato com o agrotóxico e respiravam esse produto". Na realidade, segundo nosso entrevistado, não se acreditava que os agrotóxicos eram venenos. Ele nos conta que os trabalhadores eram tão descrentes de que o veneno fizesse algum mal que alguns deles pegavam a tomate e mergulhavam dentro do veneno que ia ser aplicado na plantação, depois "sacudia" ao vento e comiam a fruta dizendo que "isso faz mal nada".

Fotos 25 e 26: O plantio de tomate na fase de floração antes da colheita.



Fonte: Naldinho de Ciba

Foto 27: O Engenheiro José Fernandes dando orientação para os Colonos.



Fonte: Naldinho de Ciba

Segundo o entrevistado, o Dnocs desde o início da preparação do perímetro os colonos seguiram toda orientação técnica e fiscalização para se fazer a implantação do perímetro

vemos na foto acima (foto 27) motores bombas de que era usado para o abastecimento das residências dos colonos.

3.4 A FASE DE COLHEITA

Fotos 28, 29 e 30: Colheita da tomate feita manualmente e colocada em caixas da empresa compradora



Fonte: Naldinho de Ciba

A colheita do tomate era o momento principal da produção e se triplicava a mão de obra contratada no perímetro, uma vez que era um trabalho que requeria muita mão de obra. Nessa fase aproveitava-se muito a mão de obra feminina porque era um trabalho “maneiro”. Apenas tinha que colher os frutos, por nas caixas e transportar para os caminhões que sempre ficavam próximos aos lotes. Já o trabalho de arrumar a carga dos caminhões (fotos 29 e 30), segundo nosso entrevistado, era muito difícil: *“esse trabalho de carregar os caminhões era muito pesado e perigoso, pois por as caixas uma em cima da outra era uma tarefa árdua”*.

Fotos 31 e 32: homens carregando os caminhões com a tomate para a fábrica peixe.



Fonte: Naldinho de Ciba

Ressalte-se que na época do auge da produção de tomate, chegavam a sair de Sumé de 40 a 50 caminhões carregados de tomate por dia. O pátio enfrente ao DNOCS ficava lotado de caminhões que aguardavam a liberação da direção da cooperativa, disse nosso entrevistado, para seguirem para a fábrica peixe no estado vizinho de Pernambuco. Isto é, os carros só eram liberados depois de serem registrados e liberados com a documentação de saída de quantidade de caixas para prestação de contas contábeis com a fábrica.

Fotos 33: Tomate para o comercio local.



Fonte: Naldinho de Ciba

Além de vender o tomate bastante maduro (foto 33 acima), os colonos também produziam para o mercado local. A foto 32, acima, mostra o tomate colhido ainda um pouco verde para ser vendida no mercado local, muitas vezes com autorização da Cooperativa e com o consentimento da fábrica peixe, a qual tinha um contrato de exclusividade com o perímetro.

Quando o preço tomate estava melhor no comércio e havia uma grande produção, a fábrica liberava cerca de 15% da produção para os colonos comercializarem no comércio local. Mas essa autorização passava pelo consentimento da cooperativa, apesar de haver colonos que vendiam para o comércio, mesmo quando a fábrica e a cooperativa proibiam. Essa tomate era retirada do pé antes de está totalmente madura por demorar mais para ser consumida e era transportadas para outro comercio distantes como a CEASA de Recife.

O início da produção do perímetro irrigado de Sumé não foi para produção de tomate em escala industrial. Segundo nosso entrevistado, plantou-se várias culturas antes de partirem para a cultura do tomate. Foram cultivadas a cebola, a goiaba, o coco, a banana, a cana-de-açúcar, o milho e muita verduras.

Fotos 34 e 35: A banana chegando no DNOCS para pesagem.



Fonte: Naldinho de Ciba

A banana, por exemplo, era e é um produto bastante procurado pelo seu valor nutritivo e os colonos retirava as bananas nos cachos e as levavam em caminhões para a sede do DNOCS. Lá era cortada em pencas, pesadas e cadastradas na ficha do loteiro para saber quantos quilos o mesmo estava entregando. A produção de banana era repassada para a fábrica peixe e outra parte era vendida para o comércio. Segundo o entrevistado, os colonos recebiam semanalmente um valor para cobrir os custos da mão de obra e para as despesas básicas como alimentação, roupas etc; e ao final do ano, depois que a cooperativa retirava todos as despesas, dividia as sobras com os irrigantes de acordo, evidentemente, com o que cada colono produziu.

Fotos 36 e 37: Vista panorâmica do perímetro.



Fonte: Naldinho de Ciba

Enfim, essa foi a descrição da forma como estava organizado o funcionamento do perímetro irrigado de Sumé. As fotos acima (36 e 37) apresenta uma visão panorâmica de como se organizavam as plantações dos lotes. Segundo o entrevistado, as plantações foram todas pensadas pelo DNOCS de modo a cumprir uma função. As fruteiras grandes, por exemplo, como goiabeira e coqueiro eram colocadas estrategicamente para funcionar como quebra vento. Já as bananeiras (foto 36) ficavam próximas aos campos de tomates para estes ficarem protegidos das correntes de ventos.

4 COOPERATIVA MISTA DOS IRRIGANTES DE SUMÉ - CAMIS

Foto 38: logomarca da Cooperativa



Fonte: Naldinho de Ciba

No início do PIS, a comercialização dos produtos foi bastante complicada e com dificuldade pelos colonos, pois os mesmos não tinham a mínima condição de desempenhar essa tarefa. Segundo nosso entrevistado, inicialmente o seu pai chegou a ir ao Recife para vender a produção do perímetro, entre eles o melão, fruta perecível que se deteriora muito rápido. O entrevistado disse que seu pai falava para ele e seus irmãos sobre a dificuldade dessa tarefa: *“as estradas para o Recife eram todas na terra, não havia o asfalto ainda; chegando ao Recife não tinham onde ficarem e tentavam vender os produtos na CEASA, mas como os comerciantes de lá, sabendo que eles não tinham nem o dinheiro pra voltar, colocavam o preço do produto lá embaixo e eles, não tendo alternativa, vendiam com o prejuízo”*.

Esse foi um dos motivos para se mudar a forma de comercialização dos produtos do perímetro. Segundo nosso entrevistado, por diversas vezes se tentou vender a produção em outros municípios, mas algo que não era satisfatório para o tamanho do investimento na implantação do perímetro pelo DNOCS.

De modo que o DNOCS assumiu essa missão de administrar a parte de comercialização dos produtos cultivados pelo perímetro. Daí surge a CAMIS (Cooperativa Mista dos Irrigantes de Sumé). A diretoria da CAMIS era composta por um Presidente eleito pelos os associados (irrigantes), Vice-Presidente, um Secretário e tesoureiro e um conselho, um gerente, o qual na maioria do tempo de funcionamento do PIS era um funcionário do DNOCS. Os associados e demais funcionários, como contador, técnico agrícola, eram funcionários encarregados de contabilizar e registrar a produção na cooperativa.

Segundo nosso entrevistado essa iniciativa de fundar uma cooperativa partiu do próprio DNOCS e *“foi uma forma de controlar a vida financeira dos colonos. No início isso teve algumas dificuldades porque a forma de produzir seria coletiva com objetivos comuns a serem atingidos, algo novo para os colonos. O DNOCS fez um experimento inicial que foi um lote aos pés do balde do açude onde se plantou o tomate e isso foi um sucesso deu certo aí veio o contato com a fábrica, mediado pela cooperativa”*.

Foto 39: Lote experimental do perímetro.



Fonte: Naldinho de Ciba

Na foto 39, acima, vemos ao fundo o açude de Sumé cheio de água e, ao lado, vemos o primeiro lote a receber o plantio de tomate, o qual foi todo estruturado pelo DNOCS de forma experimental. Esse lote, segundo nosso entrevistado, posteriormente foi entregue para o motorista do engenheiro do DNOCS que, vendo o lote pronto, pediu pra ficar com ele e assim foi feito.

Dando certo a plantação do tomate no lote experimental, começou-se a se preparar os demais lotes para o plantio de tomate. Mas isso tinha um alto custo e a CAMIS entrou em contato com a Fábrica Peixe, na Cidade de Pesqueira, no Estado de Pernambuco, e fecharam um contrato de exclusividade de produção. Segundo nosso entrevistado, *“os colonos não tinham acesso a esse contrato e nem que cláusulas tinham”*, algo que hoje causaria estranheza e desconfiança, mas na época isso não causou nenhum questionamento por parte dos colonos, uma vez que, na sua grande maioria, eram analfabetos: *“tudo isso era novidade e trazido pelo DNOCS, pra eles era muito bom”*.

Para iniciar a produção do tomate, a CAMIS inicialmente fez um empréstimo no Banco do Brasil de Monteiro/PB, cidade vizinha a Sumé. E tudo começou a mudar na vida

dos colonos, pois começou a chegar os resultados dessa nova fase de desenvolvimento. Todo esse processo tinha o controle da CAMIS que era administrada, gerenciada, pelo DNOCS. A cooperativa tinha seu escritório na própria sede do DNOCS e o dinheiro do empréstimo contraído para a produção, chegava para os colonos aos poucos. O valor era calculado pela quantidade de hectares dos lotes e pelas despesas que cada colono teria com a mão de obra contratada. As despesas semanais dos colonos, para manutenção dos lotes, sempre era liberado na segunda-feira, dia da “feira livre” em Sumé, de acordo com um cálculo já pré-estabelecido pela CAMIS (fotos 39, 40 e 41)

Fotos 40 e 41: Setor da tesouraria da CAMIS.



Fonte: Naldinho de Ciba

Foto 42: Fila para receber dinheiro na CAMIS



Fonte: Naldinho de Ciba

Foto 43: Reunião CAMIS no DNOCS.



Fonte: Naldinho de Ciba

Segundo nosso entrevistado, havia muitas comemorações dos colonos e a CAMIS movimentava a economia e realizava grandes eventos na cidade. No final de ano havia uma festa logo após a entrega das sobras da produção pela cooperativa. Isso era realizado com a presença dos sócios e se contratava bandas de bailes para animar a festa, durando quase uma

semana. Segundo o entrevistado, esse momento era o mais badalado da cidade, momento em que se juntava muita gente para comemorar junto com os colonos.

Essas reuniões aconteciam com frequência. Às vezes era uma por mês ou mais e nela se discutiam assuntos da cooperativa e até questões familiares dos colonos. No final do ano se apresentava aos colonos os resultados contábeis da cooperativa durante todo o ano e também premiavam os colonos que se destacavam mais na produção: “o sr Miguel do lote, como era conhecido, sempre ganhava como o maior produtor de tomate”, segundo nosso entrevistado.

4.1 A PRESENÇA DA CAMIS NA ECONOMIA DE SUMÉ

A CAMIS foi um um dos grandes pilares do desenvolvimento de Sumé, na época. Foi por causa do perímetro que Sumé saiu do isolamento e recebendo vários serviços, como o primeiro banco comercial da cidade (foto 44), além de energia elétrica, que antes do perímetro era gerada a motor e rede telefônica. A cooperativa também adquiriu prédios na cidade, comprou seus próprios tratores e abriu um supermercado para os colonos e para o comércio local.

Foto 44: Agência do Bradesco, primeira agência bancária de Sumé.



Fonte: Naldinho de Ciba

O supermercado da CAMIS foi aberto inicialmente dentro da sede do próprio DNOCS e depois foi transferido para o centro. Segundo o entrevistado, nesse supermercado os colonos tinham 15% de descontos. Associado ao supermercado, também havia um ponto de venda de carne, leite e queijo, conforme pode ser visto nas fotos 45 a 46, abaixo

Fotos 45 e 46: Supermercados da CAMIS no centro de Sumé.



Fonte: Naldinho de Ciba

Fotos 47 e 48: estrutura do Supermercado da CAMIS



onte: Naldinho de Ciba

O supermercado era administrado pela CAMIS e com recursos dos colonos, atendia também a população de Sumé e região. No supermercado da cooperativa os colonos obtinham os produtos para seu consumo semanal e esse valor era descontado do lucros de sua produção. Com esse tipo de atividade a cooperativa controlava todo o dinheiro dos colonos.

Sobre esse controle do dinheiro dos colonos, cabe destacar as palavras de Mendonça (2010):

Para os gestores, os irrigantes eram incapazes de pensar, a praticar e tomarem suas próprias decisões; estes homens rudes segundo os

pensamentos estavam prontos para executar e não para planejar de forma independente. Assim a equipe dirigente encarregava-se da administração e controle da vida dos irrigantes, lançando mão de artifícios que são característicos da velha ordem, clientelista, como pagar as contas dos irrigantes em farmácias e com assistência médica, ao invés que ele o fizessem. Tudo foi bem desenhado de forma que os irrigantes tivessem o mínimo de contato direto com o dinheiro, ficando restrito ao pagamento direto de trabalhadores temporários e alguns gastos como alimentação. O que constituía num contra senso, por um lado a equipe dirigente estava encarregada de mudar a forma de pensar dos irrigantes, trazendo novos conceitos e orientando sobre novos procedimentos a serem adotados numa racionalidade que vizava modernizar suas práticas e por outro a mesma equipe dirigente não acreditava que esta mudança pudesse se concretizar e agia como se os irrigantes fossem sempre os homens rudes e sem capacidade de introjetar as mudanças. (MENDONÇA, 2010, p.73).

Esse sistema no qual os colonos foram inseridos mostra uma visão equivocada de cooperativismo que não se enquadra na sua real essência do cooperativismo que é a de trabalhar a coletividade, as distribuições de atividades e não deixar que pessoas de fora intervenham no aspecto financeiro da cooperativa. O DNOCS julgou os colonos incapazes de administrar o resultado do seu trabalho, ou seja, o lado financeiro, mas todas as atividades que os colonos receberam, desenvolveram adequadamente. Em razão dos colonos não terem sido preparados também na parte administrativa e financeira, a CAMIS não conseguiu dar seguimento ao trabalho que vinha sendo desenvolvido, quando o DNOCS saiu da direção da cooperativa. Mas, segundo nosso entrevistado:

Isso não era visto pelos colonos como algo errado até porque mesmo com essa falta de participação na administração eles estavam felizes porque tinham ascendido na vida. Na época do auge do perímetro, os colonos eram as pessoas das mais importantes da sociedade, tinham status e eram bem recebidos nos estabelecimentos. Imaginar essas coisas para os colonos estava longe até porque para eles que não tinham nada e começaram do zero, não podia reclamar; e se alguém reclamasse era afastado pelo DNOCS. Só ficava no perímetro quem produzisse e seguisse as regras, quem não assim agisse era retirado porque era para dar lucros (depoimento)

A observação feita pelo entrevistado se adequa perfeitamente ao que foi dito por Bursztyn (1984), em sua pesquisa ano início dos anos de 1980:

Nesse município, um reduzido grupo de 46 famílias protagonizava uma experiência alentadora. Lideradas por um competente (e rigoroso) gerente, agrônomo dos quadros do DNOCS, a comunidade dedicava-se ao cultivo do tomate industrial, que era adquirido por uma empresa da região. Tudo parecia ir muito bem, mas um mergulho nas entranhas do projeto revelava incertezas: todas as ações eram altamente subsidiadas pelo Estado; os irrigantes eram, na prática, “funcionários” de um sistema de produção fordista, em que o capataz (gerente) exercia, tiranicamente, sua liderança; os produtores mais dóceis e laboriosos eram recompensados com privilégios na comercialização de seus produtos, em moldes semelhantes ao stakhanovismo soviético; os outros, arcavam com as perdas; o mau uso das técnicas e a abundância de água sem cobrança mostrava que o solo logo se tornaria impróprio, pela erosão e salinização. A pergunta lançada, então, foi se a experiência sobreviveria ao fim dos subsídios e à substituição da gerência autoritária. Uma questão sobressaía: seria aquele um modelo possível de ser generalizado no semi-árido? O tempo revelou que o verdejante oásis de Sumé era, de fato, uma miragem fugaz. (BURSZTYN 1984, p.5)

Não deixa dúvidas que havia algo errado e que a CAMIS caminhava para o colapso. Esse modelo que impede que o cidadão se emancipe não se sustenta, pois até quando se empunha o modelo de produção agrícola em escala industrial, com regras prazos a serem cumpridos, o perímetro seguiu em frente. Mas ao não trabalhar a Cooperatividade, apenas trabalhando os objetivos contratuais que foram firmados e de forma oculta, com o passar do tempo o perímetro veio a ruir e entrar num colapso, que perdura até hoje.

4.2 SAÍDA DO DNOCS DO GERENCIAMENTO DA CAMIS

Foram alguns fatores que culminaram no fim ou na paralisação da CAMIS. Primeiro com a mudança na política nacional da época, onde o Estado passou não mais interferir diretamente nos perímetros e determinando a saída de funcionários do DNOCS das administrações das cooperativas, conforme consta no ofício circular nº 08/82 do Diretor Geral do DONCS da época (anexo 2).

Essa decisão caiu na CAMIS de forma avassaladora, pois durante longo tempo não se preparou para que os colonos tomassem a administração e fossem os gestores do perímetro. Com a saída do engenheiro José Fernandes da chefia do DNOCS, sendo transferido para Fortaleza, no Ceará, sede do órgão, foi um golpe forte para o perímetro, o qual tinha na pessoa dele o responsável por coordenar e de ser a palavra final, quando surgia alguma questão de

desentendimento, uma rixa que as ordens dele deveriam ser seguidas à risca, conforme salientou Bursztyn (2003), acima.

O próprio Engenheiro José Fernandes diz, em uma entrevista, como era Sumé antes e como ficou, depois da chegada do perímetro, demonstrando, na visão dele, a necessidade de seus procedimentos administrativos.

Eu cheguei em Sumé em 1976, nós fomos os primeiros em construir toda a estrutura básica do projeto de irrigação, canais, drenos, a sistematização do solo... todo o projeto de irrigação foi feito por mim, e naturalmente que o projeto agrícola foi elaborado pelo pessoal de Recife, mais a implantação exatamente dessa estrutura agrícola... muita coisa com o tempo foi mudando, a parte comercial que é a base da irrigação, se eu não tiver a comercialização, projeto nenhum vai (pra frente). Tinham as culturas básicas a ser implantadas como banana, tomate, melão, então nós fomos inicialmente plantando estas culturas. O melão não foi bem sucedido, nós produzíamos bem, mas acontece que sua comercialização... Como era produto ou venda altamente precíval, lá em Recife eles determinavam o preço, então agente levava prejuízos, ou vendia ou voltava a mercadoria para estocar, então nós éramos obrigados a vender toda esta produção pelo preço que eles determinavam lá em Recife; então com o tempo com estas coisas que estavam acontecendo, surgiu a ideia da gente fundar a Cooperativa agrícola mista dos irrigantes de Sumé. Tinha aquela indústria peixe lá por volta de 1976, 1977, então surgiu a... Antes nós fizemos um experimento com tomate industrial e vimos pelo resultado da experimentação agrícola que aquilo era altamente viável, faltava o principal que era a comercialização, então entramos em contato com a fábrica peixe e tivemos com a direção da fábrica ali em Pesqueira/PE e fizemos o primeiro contrato agrícola. Então com isto, nós fizemos o nosso projeto agrícola baseado na área de cultivo baseado numa determinada produtividade, e toda a produção seria vendida a peixe por preço já determinado, entramos em contato com o Banco do Brasil na época em Monteiro. Em Sumé não tinha Banco do Brasil, não tinha banco nenhum, e ele nos financiava exatamente toda produção, então pronto, daí surgiu o início do sucesso. No início do projeto não estava previsto o tomate industrial, estava previsto o cultivo de tomate, in natura, as cidades vizinhas, Campina Grande, o próprio Sumé, Monteiro, João Pessoa, Recife seriam (os consumidores), mas não estavam previstos a industrialização. Antes disso aí, quando nós chegamos a Sumé. Sumé não tinha energia elétrica, o motor era na rua e quando era dez horas desligava, então era um negócio atrasado e ao longo do tempo então, Sumé foi se desenvolvendo, com o ICMS gerado pelo projeto, pelo dinheiro e pela renda que aportava daquele pessoal que trabalhava e voltava em benefício da cidade O tomate

tinha o ciclo de seis meses, da produção até a colheita, levava mais ou menos, e levava seis meses para incrementar outra cultura para não ficar o sistema ocioso. Hoje num projeto de irrigação você não pode ter a terra ociosa, então fizemos novo contato com a fábrica peixe e passamos a produzir o milho industrial, o milho doce, que é o que vende por aqui enlatado. Foi exatamente o complemento que nós queríamos, então tínhamos seis meses de tomate e mais ou menos quatro ou cinco meses de milho industrial. Nós tínhamos a banana quase que para o mercado interno de Sumé e das cidades vizinhas, Monteiro. O pessoal vinha comprar banana para vender nas feiras locais, às vezes, quando havia excesso de produção a peixe também comprava, nós tínhamos uma área limitada para banana, é uma cultura altamente rentável se tiver comércio. Quando se faz estudos comparativos, era o maior ICMS gerado pelo projeto de irrigação, maior que todo o ICMS gerado pelo município, do comércio; aí os colonos que foram selecionados pela mão de obra, eles ganhavam muito dinheiro ali, você vê que aquele pessoal de cultura rude, mais que tinha uma mão de obra familiar, eles eram o principal objetivo do DNOCS, era esta a família, grande, pobre, mas com isto o dinheiro de comprar um carro, casas. O sucesso foi grande, um projeto piloto do DNOCS mais que alcançou o sucesso.

Fotos 49 e 50: Engenheiro José Fernandes no escritório do DNOCS e no campo dando orientação aos colonos.



Fonte: Naldinho de Ciba

Na foto 49 (acima) vemos o Engenheiro José Fernandes atendendo aos colonos, no escritório do DNOCS. Ele também fazia o trabalho de campo, passando nos lotes e dando orientação, ouvindo os colonos. Segundo nosso entrevistado, foi um diretor que deixou sua marca na história de Sumé, contribuindo muito para implantação do perímetro.

4.3 A EDUCAÇÃO OFERECIDA AOS FILHOS DOS COLONOS

Segundo o entrevistado a esposa do engenheiro, José Fernandes, teve um papel importante na vida das famílias dos colonos, fazendo reuniões com as mulheres e implantou, na agrovila do perímetro, uma escola que fica localizada, e até hoje está em funcionamento, na agrovila “Nove Casas”. Essa escola era para o ensino inicial e tinha a participação de professores da rede municipal do Município, a qual pagava a metade dos salários dos professores e a CAMIS pagava a outra parte dos salários.

Fotos 51 e 52: Sala de aula da escola em Nove Casas e os alunos segurando a bandeira da CAMIS



Fonte: Naldinho de Ciba

Como vemos (foto 51), a escola do perímetro tinha uma boa estrutura, com carteiras novas. Os alunos eram todos fardados, com o logotipo da CAMIS, e se comemorava as datas cívicas do país como o dia 7 de Setembro, com desfile no pátio da escola (fotos 53 e 54, abaixo). O DNOCS teve uma preocupação com a educação dos filhos dos colonos, mas o modelo de escola era o mesmo que tradicionalmente não prepara o cidadão para o modo de vida em que viviam. Não era uma escola voltada para o ensino da atividade rural, e com isso muitos filhos de colonos foram embora e outros abandonaram o estudo para ajudar aos pais no trabalho dos lotes e com isso abreviando o declínio do PIS.

Fotos 53 e 54: Alunos desfilando em comemoração ao dia da independência do Brasil.



Fonte: Naldinho de Ciba

5 CONCLUSÃO

O colapso do perímetro irrigado chegou com rapidez e aquela visão de prosperidade ruiu, deixando apenas saudades de um tempo de evolução social e econômico no município. Com a saída do DNOCS, o qual podemos afirmar que também foi abandonado pelo governo federal, a região ficou sem aquela presença forte e atuante do Estado no combate aos efeitos da seca no Nordeste brasileiro.

O oásis de Sumé, na visão do engenheiro, foi uma rápida miragem, pois com o passar dos anos o modelo adotado pelo DNOCS foi sendo enfraquecido pelas suas próprias práticas de ingerências, falta de uma educação para o cooperativismo por parte do DNOCS que, nas próprias palavras do engenheiro, mostra sua visão centralizadora de todas as ações do perímetro, ficando apenas a mão de obra dos irrigantes para serem explorada.

Outro ponto forte na fala do engenheiro é o fato de não se darem por satisfeito com os colonos tendo um lugar para morarem e terem como conseguir manter suas famílias, era necessário que o perímetro funcionasse como uma empresa e desse lucros e mais lucros e quem se questionasse essa ordem poderia gerar até a expulsão da terra.

A visão do perímetro hoje é completamente diferente da que foi vislumbrada pelo engenheiro. Com a saída do DNOCS da direção da CAMIS, tudo ficou difícil para os irrigantes, pois enquanto o DNOCS empurrava a “bicicleta”, os colonos andavam, mas quando o DNOCS soltou a bicicleta, eles não conseguiram mais andar. Fica visível nas fotos atuais do perímetro: casas em ruínas e os canais quebrados, a terra ociosa sem utilidade e a algaraba que tomou conta de grande parte dos lotes.

Se houvesse quem tivessem trabalhado uma política de cooperação efetiva, com todos seus princípios; um processo educativo para com os colonos, dando-lhes consciência e participação nas decisões da CAMIS; direcionando responsabilidade e mostrando aos colonos que cooperativismo é trabalhar juntos, para que o perímetro sempre se mantivesse forte, talvez a realidade pudesse ser outra atualmente.

Verdade que foram diversos fatores que concorreram para o declínio do perímetro, como a falta de espírito de transparência na gerência financeira da CAMIS e na própria política interna que gerava conflitos. Os irrigantes que ficaram com os lotes mais afastados reclamavam que a água era represada à noite para os lotes mais próximos aos canais, fazendo que aqueles ficassem sem a água. Também havia problemas em relação à divisão das sobras dos recursos da produção do tomate, ao final do ano, depois que a cooperativa tirava todas as

despesas de manutenção do ano. Assim, o que sobrava era dividido entre todos os colonos, contudo quem produziu mais no ano, ganhava mais. Então isso causava revoltas porque muitos colonos ganhavam mais que outros.

Vemos nas fotos abaixo (55 a 58) que o DNOCS também foi atingido pelo colapso do PIS. Com o passar dos anos, o órgão encontra-se em total abandono, não se procurou, por parte das lideranças políticas, reativar o DNOCS, dando ao órgão a possibilidade de aplicar, no perímetro, novas formas de produção. Atualmente, a função do DNOCS no município é apenas de fiscalizar o nível do açude.

Foto 55: Portão de entrada do DNOCS



Fonte: Naldinho de Ciba

Foto 56: Galpão da garagem do DNOCS



Fonte: Naldinho de Ciba

Foto 57: Sede do escritório do DNOCS



Fonte: Naldinho de Ciba

Foto 58: Galpão utilizado na pesagem da produção



Fonte: Naldinho de Ciba

Na foto acima (foto 58) vemos o local de chegada da produção de bananas para serem pesadas e repassadas para a fábrica de peixe e ao comércio local. Hoje em dia apenas serve de depósito para a prefeitura por suas carteiras quebradas. Segundo entrevistado, todo o patrimônio que o DNOCS possuía à época do PIS - grandes máquinas e outros equipamentos - foi doado para a prefeitura de Sumé. Já os tratores que a CAMIS comprou e eram usados para preparar a terra (conforme visto em seção 2, acima) foram emprestados à prefeitura do município e nunca foram devolvidos, segundo entrevistado.

Foto 59: Sede atual da CAMIS que fica no DNOCS.



Fonte: Naldinho de Ciba

Segundo nosso entrevistado, com a morte de seu Pai, colono primário, do perímetro, ele ficou sendo sócio da CAMIS, a qual ainda tem sua sede nas dependências do DNOCS, depois de ter sido revitalizada. A cooperativa encontra-se atualmente adimplente e tenta voltar a atividade. Fala-se que virão recursos federais para revitalizar o perímetro e que já foi apresentado aos sócios da CAMIS um novo projeto de revitalização do PIS.

No papel, o projeto impressiona em função da tecnologia que será usada, como estações de elevação e distribuição de água para os lotes controlada por computador. Mas os colonos, que ainda esperam um futuro, com base no passado do perímetro não acreditam nessa possibilidade de revitalização. Na última reunião da CAMIS com a direção do DNOCS os primeiros colonos e os novos associados falaram Segundo o entrevistado falaram a direção do DNOCS “esses recursos serão comidos pelo pessoal do DNOCS, como o sempre fizeram!”

Com o declínio do perímetro irrigado de Sumé, voltou-se a realizar as mesmas práticas de produção anteriores ao PIS que era a união do cultivo de milho e feijão e a criação de pequenos rebanhos de ovelhas e cabras; o futuro voltou ao passado como vemos nas fotos abaixo da atual situação do perímetro.

Fotos 60 e 61: canais secundários, aterrados e deteriorados



Fonte: Naldinho de Ciba

Fotos 62 e 63: Trechos dos canais secundários quebrados



Fonte: Naldinho de Ciba

Não podemos deixar de citar a questão da educação que não foi pensada pela direção do DNOCS uma vez que não se preocupou com o humano - e sim com os lucros - deixou de lado que o ser humano sem educação não tem futuro. Mais que isso, uma educação transformadora como sempre defendeu Paulo Freire (1991).

A palavra declínio é utilizada porque o perímetro teve uma época pujante, com sinais que penduraria por muito tempo, o que não aconteceu na prática. O que se fez foi investir pesado num modelo de produção, o qual não pensou que os agentes da produção não estavam sendo preparado para tamanha mudança de vida, pois pegaram pessoas que não tinham experiência de trabalho coletivo e na maioria trabalhadores explorados pelos fazendeiros da região que tinha o sistema de meeiros ou terça parte da produção.

As novas técnicas com regras precisas de horários de adubação, tempo certo de plantio, tempo certo de colheita, hora certa para irrigar por um determinado tempo, eram fatores de desconstrução e reconstrução, em outros moldes, de um tempo que era eminentemente guiado pelo tempo “natural”, que não era representado pelos imperativos dos instrumentos modernos de padronização temporal, e sim regido pelos ciclos da natureza. O tempo de organização da produção deixa de ser com base em ciclos da natureza para ser determinado por necessidades externas, nos processos de industrialização e de comercialização. (MENDONÇA, 2010)

Apesar do DNOCS acreditar que estava gerando um modelo de autonomia, que culminava com absorção pelos irrigantes de produção industrial, tecnológica, de um modo de vida baseado na poupança, no consumo de bens modernos que a vida anterior não proporcionava e no empreendedorismo favorecido pela cooperativa, na verdade, ele estava implantando um hábito de dependência através de uma cultura de submissão, de controle e de paternalismo, a que os irrigantes esperavam ser conduzidos, administrados e governados não buscando soluções próprias para os problemas apresentados, nem uma forma de resolver os conflitos sem necessidades de mediação (MENDONÇA, 2010).

Na visão do engenheiro agrônomo José Fernandes Sampaio, fica claro a visão preconceituosa com relação a capacidade dos colonos de administrarem o perímetro e os seus lotes. Para o DNOCS era importante que eles produzissem e atingissem as metas determinadas pela direção do DNOCS. É claro que houve progressos na implantação do perímetro e que Sumé desenvolveu-se significativamente na época. Os dados de desenvolvimento populacional foi algo notável com relação aos municípios vizinhos no mesmo período de implantação do perímetro e trouxe a modernidade.

Por fim, cabe lembrar a pergunta e a resposta de (1984), anteriormente colocada, de que se a experiência sobreviveria ao fim dos subsídios e à saída do DNOCS da gestão “autoritária” do perímetro: “O tempo revelou que o verdejante oásis de Sumé era, de fato, uma miragem fugaz” (BURSZTYN, 1984, p. 5).

REFERENCIAS

ALMEIDA, José Américo. **As Secas do Nordeste**- Serviços de Documentação- Ministério de Viação e Obras- Rio de Janeiro, 1953.

BURSZTYN, MARCEL. **O Poder dos Donos**: Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.

DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra Secas) – Disponível em <http://www.dnocs.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2016.

DNOCS - **Relatórios 1970 - (1971)** Minter /DNOCS, Fortaleza –CE – Divisão de Documentação.

DNOCS - **Relatório 1982 - (1983)** Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.

FREIRE, Paulo. **A Educação Como Prática de Liberdade**. Editora: Paz e Terra 1991.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas Secas em Novos Sertões**: Comunidade e Mudanças na Economia do Semiárido e dos cerrados Nordeste-IPEA, Brasília, 2001.

GOMES, Ramonildes Alves. **A qualidade de Vida Famílias do Perímetro Irrigado de São Gonçalo**: Ética e Racionalidade. Recife-PE. 2005 (Tese de Doutorado). UFPE.

MENDONÇA. José Ricardo Nunes. **DO OÁSIS À MIRAGEM**: uma análise da trajetória do Perímetro Irrigado de SUMÉ-PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste, UFCG- Março 2010.

RAFAEL, Rita Albino. **Sumé que Eu trago na Memória**. João Pessoa: Editora Imprima, 2003.

SUMÉ (PARAÍBA). In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida. Disponível em: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sum%C3%A9_\(Para%C3%ADba\)&oldid=45760829](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sum%C3%A9_(Para%C3%ADba)&oldid=45760829)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DAS PERGUNTAS REALIZADAS AO ENTREVISTADO

1. Pergunta: Quando e como sua família chegou ao perímetro?
2. Pergunta: O Dnocs entregou os lotes só depois das casas prontas?
3. Quantos lotes eram no total?
4. Como ficou a questão da posse dos lotes? Vocês podiam vender como isso funcionava?
5. .E como foi como foi a vida do seu pai com o lote com administração familiar? Seu pai O senhor ciba é vivo?
6. Como foi o preparo dos colonos pra começarem as atividades no perímetro?
7. Você sabe dizer como foi o processo de distribuição dos lotes?
8. Como era o processo de irrigação?
9. O canal no geral passava por todos os lotes ou nas laterais?
10. Como era o controle da abertura da comporta?
11. Mas essa água chegando ao final ia pra onde?
12. Como foi o processo da escolha da produção?
13. As maquinas era do Dnocs como foi esse processo?
14. Nessa etapa de preparação do solo os tratores vocês pagavam o óleo os tratorista como era feito isso?
15. Essas culturas de tomate bananas pra região foi uma novidade? Como foi que surgiu essa idéia de plantar essas culturas houve reunião dos colonos pra tomarem essa decisão? Já que essa atividade e bastante complicada e precisa de muitas técnicas e os colonos não tinha experiência com esse cultivo e dominavam apenas o cultivo do milho e feijão?
16. Mas tinha uma porcentagem de terra que vocês tinham que plantar? isso era planejado vocês podiam plantar outras culturas no lote todo,havia uma determinação de especificar aquela cultura?
17. Mas se o colono não quisesse plantar a tomate e a banana podia?
18. Na entrevista ao José Ricardo Mendonça no Trabalho de Mestrado o engenheiro José Fernandes o engenheiro responsável pelo Dnocs pela implantação do perímetro ele

19. dizia que no inicio foi foi pensado na produção do perímetro para o consumo local e que depois foi testado o cultivo do melão e que era comercializado no recife fale nos pouco desse momento?
20. Então o que você lembra do lote do seu pai? No período de grandes produções e quais foram os anos? E quando começou a entra em crise?
21. Então isso era em que mês já que você disse que o plantio do tomate era em Junho?
22. Vocês tinham noção da quantidade de dinheiro que estava sendo movimentado nessas negociações do tomate?
23. E como foi o Colapso do perímetro?
24. No relato do eng. José Fernandes ele relata que a CAMIS não partiu da iniciativa do irrigantes. Porque?
25. As reuniões da CAMIS aconteciam com que frequência?
26. Você era sócio?
27. Como era feitos administrado os recursos da CAMIS?
28. E o supermercado da CAMIS Aonde funcionava e como funcionava?
29. Quando foi que aconteceu o declínio da Cooperativa, em que ano?
30. A CAMIS que eu me lembro quando adolescente e freqüentava as dependências do Dnocs e via uma fabrica de extrato de tomate, essa fabrica era filial da Peixe?
31. Na época como você nos relata era uma grande quantidade de caminhões de tomate que sai de Sumé para fabrica peixe cerca de 50 caminhos por dia, vocês tinham consciência desse montante de dinheiro? Você nos disse que os irrigantes chegavam na segunda feira na sede do Dnocs e dizia ao finaceiro que teve x de despesas de mão de obra e outras despesas isso? E como era feita essa prestação de conta da CAMIS para os irrigantes? Vocês aceitavam isso com naturalidade?
32. Nesse período da grande produção do perímetro você era jovem e trabalhava no lote de seu pai e não lhe causava estranheza esse sistema de vocês trabalharem e vendo seu pai e buscar esse dinheiro e receber só o pra pagar a mão de obra e um pouco pra outra despesas?
33. Apartir de quando vocês pararam de depender do lote?
34. Como ta hoje o Perímetro ?
35. Me fale do funcionamento da CAMIS na questão de transparência havia isso? O Marciel Bustin em dos seus trabalhos sobre os perímetros irrigados que as Cooperativa aplicavam dinheiros no mercado financeiro. Vocês tinham noções disso?

36. Fale nos um pouco, mas da relação do perímetro com a Cidade, como era na questão de comercialização?

37. Mas voltando a Cooperativa havia a demonstração das despesas e lucro da produção total?

A esquerda Prof. Dr. Paulo Diniz e no centro o Prof. Naldinho e a direita Evaldo Mendonça.



ANEXO

ANEXO 1

Ofício Circular nº 08 DIRGA/82, Determinando o afastamento dos funcionários do DNOCS da gerência das Cooperativas de Irrigantes.

(REMETIDO PARA: 1a, 2a, 3a e 4a DRs)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

7 e 08
CIRCULAR Nº 08 DIRGA/82

Fortaleza, 28 de dezembro de 1982

Senhor Diretor,

Como é do conhecimento de V.Sã., tem se constituído preocupação do DNOCS deixar que gradativamente as Cooperativas de Irrigantes alcancem sua autonomia; dispensando a interferência deste Departamento, máxime em questões de cunho gerencial. Tal não impede, porém, que as mesmas continuem sendo assistidas tecnicamente por esta Autarquia, bem assim fiscalizadas pelo INCRA, órgão encarregado de resolver assuntos dessa natureza.

Em sendo assim os Gerentes devem ser empregados executivos das Cooperativas, e não servidores deste Órgão, postos ao seu serviço quando de sua implantação e, até mesmo, tempos depois de terem entrado em fase operacional. O sistema de contratação de pessoal, por parte das Cooperativas, prevê, inclusive, a absorção gradativa de servidores estranhos aos quadros da Autarquia, dispensando, é óbvio, o concurso dos nossos funcionários.

De tal forma solicitamos de V.Sã., adotar as providências que se fizerem necessárias com vistas a afastar servidores do DNOCS das funções de Gerentes de Cooperativas de Irrigantes, localizadas em áreas da jurisdição desta Diretoria Regional, ficando de agora estabelecido o prazo de no mínimo 03 meses e 06 meses no máximo, para que os mesmos retornem aos seus cargos e setores de origem.

Contando com sua compreensão apresento a V.Sã., ao ensejo, protestos de distinto apreço.

Jose Osvaldo Pontes
ENGR. JOSE OSVALDO PONTES
Diretor Geral do DNOCS

*Ao Gerente
de C.A.M.S.
para conhecimento proprio
da Diretoria
e do DNOCS
17/02/83
[assinatura]*